

CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E OUTRAS AVENÇAS

-- CTBC TV --

BENEFÍCIOS E PRAZO DE PERMANÊNCIA MÍNIMA

Benefício(s):	(i) FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS À TÍTULO DE COMODATO, Isenção do pagamento de assinatura
Preço (s):	n.a.
Prazo de permanência:	12 MESES

Pelo presente instrumento ("Contrato"), de um lado a da ALGAR CELULAR S/A, prestadora de serviços de telecomunicações, inscrita no CNPJ n.º 05.835.916/0001-85, com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415 – Parte, na cidade de Uberlândia/MG, na forma de suas disposições estatutárias, doravante denominada simplesmente ALGAR CELULAR e, de outro lado o CONTRATANTE acima, em conjunto ALGAR TELECOM e CONTRATANTE serão denominados "Partes" ou individualmente como "Parte".

Considerando que:

- a. As Partes firmaram o CONTRATO/TERMO DE ADESÃO para viabilizar a prestação pela ALGAR CELULAR ao CONTRATANTE serviços de TV por assinatura via satélite, que consiste na transmissão e recepção de sinais de áudio e televisão satélite no território nacional.
- b. A ALGAR CELULAR ofereceu ao CONTRATANTE benefício(s) para viabilizar e/ou implementar o Serviço e, em contrapartida o CONTRATANTE livremente concordou em permanecer vinculado a este Contrato pelo prazo e condições a seguir declinados.
- c. O presente o presente Contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 10.406 (Código Civil).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto o ajuste de condições para concessão de certo(s) benefício(s) que será(ão) concedido(s) ao CONTRATANTE pela ALGAR CELULAR e, disciplinar a permanência mínima do CONTRATANTE ao presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS BENEFÍCIOS E PRAZO DE PERMANÊNCIA MÍNIMA

- 2.1. Para viabilizar a prestação do Serviço a ALGAR CELULAR concede ao CONTRATANTE o(s) benefício(s) descrito neste Contrato e, em contrapartida o CONTRATANTE compromete-se a permanecer vinculado a este Contrato pelo prazo de permanência mínima descrito no preâmbulo contratual. Após o prazo de permanência mínima as condições contratuais serão renovadas automaticamente por prazo indeterminado, sendo que qualquer das Partes, após transcorrido o período inicial de vigência, poderá encerrar/cancelar o presente Contrato mediante o envio de comunicado.
- 2.2. Caso o CONTRATANTE proceda à denúncia, mediante envio de notificação por escrito à ALGAR CELULAR, der causa à rescisão do Serviço durante o prazo de permanência mínima descrita neste Contrato, ficará sujeito ao pagamento de multa correspondente a um percentual de 30% (trinta por cento) do valor das prestações vincendas, calculada com base no valor da prestação vigente no mês da extinção/cancelamento do Contrato.
 - 2.2.1. O pagamento da multa estipulada neste item se dará de uma única vez, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da comunicação da denúncia ou rescisão contratual.
 - 2.2.2. Para viabilizar a prestação do serviço descrito neste contrato a ALGAR TELECOM cederá ao CONTRATANTE, equipamentos em comodato ou locação, conforme especificado na nota fiscal entregue ao CONTRATANTE.
 - 2.2.3. Deverá o CONTRATANTE conservar como se seu próprio fosse o equipamento cedido pela ALGAR TELECOM, não podendo usá-lo senão de acordo com a utilização exclusiva do serviço objeto deste contrato, sob pena de responder por multa contratual.

- 2.2.4. O comodato ou locação dos equipamentos vigorará enquanto houver a prestação do serviço objeto deste contrato.
- 2.2.5. Na hipótese de extinção (encerramento) deste contrato, qualquer que seja o motivo ou causa, o CONTRATANTE deverá devolver o mesmo equipamento cedido pela ALGAR TELECOM, nos termos do art. 579 do Código Civil, no prazo de até 15 (quinze) dias, em local a ser indicado, nas condições em que o recebeu e em perfeitas condições de uso, sob pena de ter que indenizar a ALGAR TELECOM no valor atual de mercado do equipamento cedido. As despesas necessárias para devolução do equipamento serão suportadas exclusivamente pelo CONTRATANTE.
- 2.2.6. Caberá indenização à ALGAR TELECOM conforme valor atual de mercado dos equipamentos em questão, se estes vierem a ser furtados, roubados, subtraídos, extraviados ou danificados por culpa ou dolo do CONTRATANTE, ou ainda, no caso de recusa na devolução dos equipamentos à época da extinção contratual no prazo estipulado na cláusula 8.4 desta Cláusula Oitava.
- 2.2.7. O CONTRATANTE desde já autoriza a ALGAR TELECOM a lançar o valor da multa e da eventual indenização dos equipamentos, em uma única parcela na nota fiscal fatura de serviços de telecomunicações de titularidade do CONTRATANTE, ou através de fatura de cobrança específica.

| CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1. O CONTRATANTE declara ter ciência de que a IMAGE disponibilizou equipamentos para a prestação de serviços objeto do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Uberlândia - MG e ainda, disponível no site www.algar telecom.com.br. Declara ainda que as penalidades previstas neste instrumento são estabelecidas em função de tais equipamentos, não podendo, em caso de rescisão e/ou resilição, serem consideradas, para nenhum efeito, como ônus adicional, mas sim integrante da formatação do preço ora praticado.
- 3.2. O presente instrumento constitui títulos executivos extrajudiciais, cobráveis por meio de processo de execução específica, nos termos do Código de Processo Civil.
- 3.3. Se qualquer uma das disposições do presente Contrato for ou vier a tornar-se nula ou revelar-se omissa, tal nulidade ou omissão não afetará a validade das demais disposições deste Contrato.
- 3.4. As Partes declaram que: (i) leram este Contrato em sua íntegra e que a elas foi dada a oportunidade de esclarecer qualquer dispositivo e informação que não tivessem entendido; (ii) entendem os termos, condições e obrigações deste Contrato e concordam em estar legalmente submetidas por meio dele; (iii) não se verifica, na presente contratação, qualquer fato ou obrigação que possa vir a ser caracterizada como coação, estado de perigo ou lesão, conforme os arts. 151, 156 e 157 do Código Civil, respectivamente; (iv) estão cientes de todas as circunstâncias e regras que norteiam o presente negócio jurídico; e (v) as prestações a serem assumidas pelas Partes são reconhecidas por ambas como manifestamente proporcionais e tal proporcionalidade é decorrente de valores vigentes ao tempo em que é celebrado o presente negócio jurídico.

| CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

- 4.1. As Partes elegem o foro da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais para dirimir todas e quaisquer questões decorrentes e/ou relacionadas ao presente Contrato.